

Sarney governará apenas com defensores dos 5 anos

Eliane Cantanhede

BRASÍLIA — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, anunciou uma ampla reforma em todos os escalões do governo, de ministros a cargos menores, para que o presidente José Sarney administre o país com quem lhe é fiel, independente e acima dos partidos. "Não há mais por que se admitir no governo quem está contra os cinco anos de mandato", justifica Antônio Carlos, o recordista na coleta de assinaturas para a emenda Matheus Lensen (PMDB-PR), a favor dos cinco anos.

Na opinião do ministro, a reforma "não deve ser tão rápida que propicie erros nem tão devagar que crie expectativas nos adversários, mas em todos os casos deve corrigir a injustiça de se entregar cargos do poder a inimigos". Em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL, ele previu que o *Centrão* inevitavelmente se transformará num novo partido, admitiu que nem todos os ministros "se encantaram com os cinco anos" e citou governadores que ficaram contra os interesses do governo federal, como o do Rio de Janeiro, Moreira Franco.

— O Moreira quis brincar de feiticeiro — disparou, acusando o governador de tentar pressionar seu colega do Paraná, Alvaro Dias, "que resistiu bravamente".

Coluna do meio — A oposição ao governo, mais significativamente representada pela cúpula do PMDB na Constituinte, respaldava sua posição pelas diretas em 88 com a constatação de que o povo queria e se empenhava por isso. Antônio Carlos, contudo, rebate a tese dizendo que "eles se esqueciam de que grande parte da insatisfação popular era endereçada a alguns governadores do próprio PMDB, justamente os que mais defendem os quatro anos de mandato".

Nessa posição estão, segundo Antônio Carlos, os governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, da Bahia, Waldyr Pires, de Mato Grosso do Sul, Carlos Bezerra, além de Moreira Franco. E o governador de São Paulo, Orestes Quércia? "Esse ficou na coluna do meio", respondeu o ministro, acrescentando que alguns governadores julgavam "transformar a posição pelos quatro anos em aumento de prestígio popular, o que não se confirma".

O "novo clima", favorável aos cinco anos, começou a ser vivido no dia 4 de janeiro, quando Sarney foi recebido "por uma multidão" na cidade de Simão Dias, em Sergipe, e ali fez um duro discurso condenando "os demagogos, agitadores e agiotas". Nesse momento, sempre na opinião de Antônio Carlos, "ficou claro que o governo faria — como faria — uma opção distinta entre os que o apoiavam e os que eram contra".

Canabrava confirma doação

BELO HORIZONTE — O deputado Dalton Canabrava (PMDB-MG), que assinou a emenda pelos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, conseguiu para seu filho, Dalton Canabrava Filho, a rádio FM Centro-Minas, de Curvelo, sua terra natal, além do contorno rodoviário da cidade (orçado em CZ\$ 88 milhões), da implantação de uma agência do Banco do Brasil em Bonfinópolis, inaugurada há uma semana, e de quatro escolas rurais em João Pinheiro, com verba, segundo ele, de CZ\$ 13 milhões 500 mil do Ministério da Educação.

"Política é isso mesmo", disse Canabrava. "A gente dá apoio e recebe apoio, até porque chumbo trocado não dói. Ninguém sacrificou mais sua região do que eu, que fui opositorista ferrenho por 20 anos, e nem entrava nos palácios de governo. Agora, tenho de ter um certo pragmatismo, porque só heroísmo não dá. Estou tirando a diferença, para desenvolver e promover o crescimento econômico de minha região".

Mal-agraçados — Depois de informar que o deputado Ronaldo Correa (PFL-MG) também signatário da emenda Matheus Lensen, conseguiu a rádio FM Veredas para o filho do empresário Nelson Rocha, da rádio Clube de Curvelo, Dalton Canabrava esclareceu que não é "fisiológico", mas apenas "agradecido e leal". E, em

Retaliação? Segundo ele, não se trata disso. "pois uma norma elementar em política é retribuir o apoio que se recebe". De qualquer modo, "alguns governadores não podem falar em retaliação, pois têm perseguido de maneira cruel seus adversários, e isso o governo federal não fará".

Ação eficaz — Na estratégia do governo para resgatar um ano de mandato de Sarney, foi fundamental a postura do próprio presidente, que, a partir da aprovação dos quatro anos pela Comissão de Sistematização, passou a dizer publicamente que acataria essa decisão sem tentar alterá-la. "Assim, ele ganhou força para agir politicamente, sem ser acusado de estar trabalhando em causa própria".

Com uma outra vantagem: "Isso lhe deu autoridade para uma ação mais rápida, mais eficaz, sem dar satisfação à cúpula do PMDB, do PFL ou de qualquer outro partido", avançou Antônio Carlos, lembrando que tanto a exoneração do ministro Bresser Pereira quanto a nomeação de seu substituto, Mailson Nóbrega, foram "atos exclusivos" do presidente, que apenas os comunicou aos partidos.

Sarney assumia a nova postura, enquanto os ministros trabalhavam pelos cinco anos. Na reunião, quinta-feira da semana passada, no Palácio da Alvorada, o presidente, oito ministros e o líder do governo Carlos Sant'Anna distribuíram a tarefa de abordagem dos parlamentares que assinariam a emenda Lensen. E os demais ministros? Segundo Antônio Carlos, "ou não estavam em Brasília ou simplesmente não se encantavam com a causa", mas ele se recusa a citar nomes.

Com as 317 assinaturas à emenda, agora Sarney já está liberado para entrar ostensivamente na defesa dos cinco anos de mandato. Métodos na coleta de assinaturas, segundo Antônio Carlos, foram os mais prosaicos do mundo. "Muito dos que estavam fora das listas estavam precisando de uma palavra amiga, ou de esclarecimentos", disse, exemplificando: havia parlamentares muito magoados com o governo federal, como os de Santa Catarina, porque haviam sido preteridos de cargos públicos por adversários de Sarney. "Isto está sendo corrigido", garante o ministro, insistindo na reforma dos vários escalões do governo.

Ele até admite o franco uso de jatinhos na coleta de assinaturas — "uma prática normal desde a época do Juscelino Kubitschek, passando pela do Castello Branco" —, mas reage às várias versões de que tenha trocado concessões de rádio e televisão por assinaturas, com uma frase curta e direta: "Isso não". Apesar de convencido da aprovação da emenda Lensen em plenário, não custa ser prevenido. Por isso, lança uma advertência de amplo significado: "O trabalho continua!".

As ironias do ministro

Tradicionalmente implacável com os adversários, desta vez o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, preferiu descarregar as baterias em alguns governadores e alguns ministros. Poucando dois dos principais focos de oposição aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney — as cúpulas do PMDB e do PFL —, eis suas opiniões, apenas irônicas, sobre ambas:

PMDB — "Estou com pena do Mário Covas, do Fernando Henrique e

do José Richa. Esse time apanhou e sofreu tanto, principalmente com as nossas vitórias da última semana, que é até covardia atacá-lo."

PFL — "O Marco Maciel, se não ajudou, pelo menos não atrapalhou. Agora, espero que a cúpula do meu partido comece o mais rapidamente possível, no processo de negociações, a atender aos anseios das nossas bases, representadas pelos congressistas. Essas bases são pelos cinco anos."

Jânio diz que Sarney precisa ser enérgico

SÃO PAULO — A situação do Brasil "é muito mais grave do que parece, é gravíssima, alitativa, desesperadora", advertiu, ontem, o prefeito Jânio Quadros ao reassumir o cargo e responsabilizar o presidente José Sarney pelas atuais dificuldades do país. "Cumpra o dever de Presidência da República com energia, o que o presidente por motivos vários, até agora não fez", recitou Jânio.

Depois de 35 dias de licença — a quarta que tirou desde que assumiu há dois anos — Jânio reassumiu mantendo a guerra que move contra o vereador Valter Feldman, do PMDB, que o seguiu na viagem ao exterior e o acusa de não ter ido aos Estados Unidos. O primeiro ato do prefeito ao chegar ao gabinete, ontem, foi mandar publicar no Diário Oficial xerox das notas de despesas do hotel e de passagens na Pan Am, para provar que foi a Bóston.

O prefeito acusa Feldman de "leviano, irresponsável, caluniador e safado" e ironiza ainda a *Folha de S. Paulo* que publicou a entrevista do vereador. Como o jornal tem como slogan a frase "de rabo preso com o leitor", Jânio assinala que o "determinado jornal tem o rabo preso na mentira".

Mantendo o estilo pomposo que marca suas ações, o prefeito reassumiu presidindo uma reunião do secretariado e entregando ao tráfego seis ônibus comuns, seis executivos e cinco *douglas* (ônibus de dois andares, semelhantes aos de Londres, a cidade-paixão de Jânio) da CMT, a Companhia Municipal de Transportes Coletivos da capital.

Jânio atrasou a cerimônia em duas horas, só descendo de seu gabinete para entregar os ônibus quando a chuva se tornou torrencial e ele precisou ser protegido por um guarda-chuva.

São Paulo — Zeca Feitosa



Assim que a chuva aumentou, Jânio mostrou trabalho

'Centrão' leva Cabral a reestruturar emendas

BRASÍLIA — Contrariado com as distorções causadas pelo *Centrão* ao projeto constitucional aprovado na Comissão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral decidiu articular a aproximação dos autores de emendas que possam ser compatibilizadas. Desde ontem, ele está preparando emendas correlatas, e a primeira escolhida foi a que tenta acabar com a incidência da ação trabalhista até dois anos depois de encerrado o contrato de trabalho.

O senador José Fogaça, em cujo apartamento Bernardo Cabral e relatores-adjuntos passaram o dia examinando as emendas, comentou que "a situação é surrealista, a engenharia de sutilezas promovida pelo *Centrão* é fantástica, com resultados eficientíssimos". Tanto Fogaça, quanto Konder Reis, José Inácio e Almyr Gabriel estavam perplexos com a inversão ideológica promovida sobre os principais artigos aprovados na Sistematização. O *Centrão*, se acatou 80 por cento do projeto de Bernardo Cabral, virou pelo avesso os artigos restantes.

O grupo de relatores, preocupado com a situação de completo desamparo do projeto constitucional, votado em

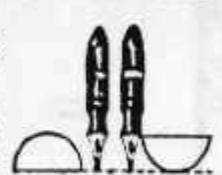
três meses, decidiu listar as diferenças cruciais promovidas pela facção que agora tem a maioria de 280 votos na Constituinte. De saída, foi rejeitado o preâmbulo, que tira do povo a soberania e a fonte de todo o poder, fixando-se nos princípios políticos, econômicos e sociais para o país buscar o progresso. O único relator-adjunto de Bernardo Cabral a concordar com o texto foi Adolfo Oliveira (chegou atrasado), que está advogando a maioria das teses do *Centrão*.

□ O líder do PL na Constituinte, deputado Adolpho de Oliveira, apresentou emenda ao projeto da Constituição que extingue os atuais partidos políticos. Alegou que a proliferação de grupos na Constituinte mostra a falência do sistema partidário. A proposta de Adolpho extingue todos os partidos que tenham obtido registro definitivo até a data da instalação da Constituinte — 1º de fevereiro do ano passado — e abre prazo de seis meses após a promulgação da nova Constituição para que blocos com no mínimo 30 deputados federais peçam registro de partido ao Tribunal Superior Eleitoral.

Brizola ainda acredita nas diretas em 88

— Parlamentarismo é *Centrão*.

Entre um gole e outro de um corretíssimo



Marquês de Riscal, safra 81, depois de desprezar, por desconfiança, um Beaujolais 87, o ex-governador Leonel Brizola, a poucas horas da reunião do Diretório Nacional do PDT que poderia antecipar o lançamento de sua candidatura a presidente da República, saca contundentes argumentos e dispara em todas as direções.

— Com sua obsessão em ficar cinco anos no governo, o presidente José Sarney pode se transformar no covão da Constituinte que ele mesmo convocou.

Brizola confessa não estar convencido da vitória final do mandato de cinco anos. "No momento, a maioria dos constituintes parece ter-se descolado, inteiramente, da realidade", admite. "Mas as elites brasileiras, que no mais das vezes dão as costas ao povo e impõem, à força, seus interesses, estão elas mesmas atentas à ne-

cessidade de substituir esse governo por outro que tenha legitimidade".

Sarney teve a chance de governar com legitimidade mas a perdeu ao resistir à idéia de eleger seu sucessor em 1986 juntamente com os constituintes, imagina o ex-governador. "Eu o adverti para isso", relembra. E, pela primeira vez, revela que chegou a sugerir a Sarney a possibilidade de o PDT apoiar, naquele ano, sua candidatura à reeleição. "Nunca vi um presidente, politicamente, tão desastrosado", ataca.

A confirmar-se a hipótese do mandato de cinco anos, Brizola diz temer o que possa ocorrer em seguida. "É enorme o abismo que, no momento, separa o amplo sentimento popular favorável à mudança do governo do sentimento, que ocasionalmente se mostra majoritário na Constituinte, favorável a manter o governo por mais dois anos", constata. "Se essa contradição não se resolver, como poderá o povo, frustrado, reagir depois?"

Eleger o próximo presidente, o quanto antes, é a única saída para exorcizar o risco do que Brizola, vagamente, qualifica de "o pior". Pode, também, ser a única saída para a crise que o país atravessa e que o ex-governador define como uma crise, principalmente, de competência. "Queremos contribuir para alterar a atual correlação de forças que nos governa e que tanto mal nos tem feito

desde o período autoritário", propõe.

— O povo está atrás de uma esperança — observa.

"Será Maluf a esperança?" — provoca. "A esperança será algum empresário poderoso, imensamente rico, que diz dispor de milhões de dólares para gastar em uma campanha?" Sarney perdeu a ocasião de representar a esperança e o PMDB, pesado e inchado, "tornou-se cúmplice" de uma situação que a ninguém deveria interessar conservar. A esperança que Brizola enxerga mas a que diretamente não refere, enquanto sorri, animado, goles de Marquês de Riscal.

Não o desestimula o aparente alheamento da população brasileira em relação ao que ocorre e ao que pode ocorrer dentro da Constituinte. "Ou admitimos que o povo tem seus mecanismos próprios de aferição, que é sábio e que na maioria das vezes consegue ver mais longe que seus líderes, ou renunciamos ao conceito de democracia", disserta. Como exemplo, cita o caso da Argentina.

— Ali, temos um regime democrático e um presidente legitimado pelo voto e, sinceramente, empenhado em realizar um bom governo. Mas o que aconteceu na última eleição? Ao preferir o peronismo, o povo disse não ao atual conjunto de forças que governa o país. Quem foi capaz de prever com tanta antecedência que assim seria?

Com a ressalva de que nem sempre é possível antecipar os desígnios do povo, Brizola se arrisca, mesmo assim, a tentar antecipar que a transferência para 1989 de uma eleição presidencial prevista para ser realizada este ano, poderá vir a ser, "infinitamente", mais desastrosa para o atual governo e para os partidos que o apoiam. "A eleição em 89 será uma eleição solteira, a ser travada, basicamente, na televisão. Calculo que 70% da população estarão habitando os grandes centros urbanos. Quem mais lucrará com isso?"

Se a emenda que reúne mais de 300 assinaturas de constituintes a favor do mandato de cinco anos não significa para Brizola, desde já, a derrota das diretas para presidente da República em 1988, ele dá a entender que a articulação que a tornou possível pode ter soterrado o sonho daqueles que desejam a aprovação do parlamentarismo.

Os deputados Feres Nader (PDT-RJ) e João de Deus (PDT-RGS), que assinaram a emenda dos cinco anos para Sarney, serão expulsos do partido, antecipa o ex-governador. Por sugestão do PDT gaúcho, o partido deverá se reunir em convenção nacional no próximo dia 19 de abril — aniversário de nascimento do ex-presidente Getúlio Vargas. A data servirá ao lançamento da candidatura de Brizola à sucessão de Sarney.

Ricardo Noblat